



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638629 - SP (2021/0001423-9)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : VANDRÉ BASSI CAVALHEIRO E OUTRO
ADVOGADOS : FAUSTO GILBERTO LAURITO JUNIOR - SP146163
VANDRÉ BASSI CAVALHEIRO - SP175685
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDUARDO AVANCINI DE SOUSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDUARDO AVANCINI DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos Regimental Criminal n. 0030882-81.2019.8.26.0000/50000).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão em regime inicial aberto, substituída por penas restritivas de direitos, pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06, c/c art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06.

Os impetrantes sustentam ilegalidade no acórdão que entendeu "que a pena-base deveria ser aumentada em 1/6 em razão da diversidade e natureza das drogas, bem como que a causa de diminuição reconhecida pelo Juízo de origem deveria ser afastada" (fl. 5).

Requerem, liminarmente, seja restabelecida a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja redimensionada a pena, fixado o regime aberto e substituída a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente